

Acervo
ISA

50 ANOS
SERVINDO O
EVANGELHO

CEDI - P. I. B.
DATA 26 / 05 / 87
COD. J1D00033

MISSÕES

CONSOLATA - ANO XIV - Nº 2 - MAR - ABR. 87



**AGORA, A LUTA
DECISIVA DOS ÍNDIOS
NA CONSTITUINTE**

Povos Indígenas



Terêncio Makuxí, um dos líderes mais conscientes e mais comprometidos na luta pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas em Roraima (foto Loretta Emiri)

DIREITOS INDÍGENAS PROGRAMA MÍNIMO

1

AGORA, A LUTA DECISIVA DOS ÍNDIOS NA CONSTITUINTE

Querido leitor de "Missões Consolata", o que você pode fazer para participar da luta dos índios na Constituinte?

- Estude,
- divulgue o "Programa Mínimo dos Direitos Indígenas",
- exija o compromisso de seus candidatos.

Este programa mínimo aponta os direitos fundamentais dos Povos Indígenas a serem inscritos na nova Constituição do Brasil.

A garantia dos direitos territoriais e culturais dos Povos Indígenas, primeiros ocupantes desta terra, são princípios básicos para que se possa construir uma Constituição democrática.

Loretta

Reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil.

Os índios devem ter garantida a terra, que é o seu "habitat", isto é, o lugar onde vivem segundo sua cultura e onde viverão suas futuras gerações. Este direito deve ter primazia sobre outros, por ter origem na ocupação indígena, que é anterior à chegada dos europeus.

2

Demarcação e garantia das terras indígenas.

Conforme a Lei n.º 6.001/73, terminou em 21 de dezembro de 1978 o prazo para a demarcação de **todas** as terras indígenas. Hoje, apenas 1/3 das terras está demarcado. Por isso, é necessário colocar esta questão na nova Constituição Brasileira. Contudo, só a demarcação não basta: é preciso que as ter-

ras, uma vez demarcadas, sejam efetivamente garantidas, para evitar as invasões constantes que até hoje ocorrem.

3

Usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios.

De nada vale a demarcação e garantia de suas terras, se os índios não puderem decidir livremente como usar as riquezas do solo e subsolo de seus territórios. Eles têm o direito, como povos diferenciados, de escolher como empregar estas riquezas. O progresso do Brasil, até hoje, se fez às custas da destruição dos índios e da invasão de suas terras. Agora, deve-se respeitar os povos que resistiram, assegurando-lhes condições para uma vida digna e para a livre construção do seu futuro.

Reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas.

Os índios não desejam resolver seus problemas às custas dos trabalhadores rurais pobres, que foram empurrados para as terras indígenas. Por isso, reivindicam que os posseiros pobres tenham garantido o reassentamento em condições que não os desamparem ou os obriguem a invadir novamente territórios indígenas.

5

Reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

O Brasil é um país pluriétnico, isto é, um país que tem a sorte de abrigar, entre outros, 170 povos indígenas diferentes. Esta riqueza cultural precisa ser garantida em benefício das gerações futuras de índios e não-índios. Para isso, a Constituição Brasileira deve incluir o reconhecimento das organizações sociais e culturais indígenas, assegurando-lhes a legitimidade para defenderem seus direitos e interesses e garantindo-lhes a plena participação na vida do País.

POR FALAR EM ÍNDIO...

ÍNDIOS QUEREM SEUS DIREITOS NA CONSTITUIÇÃO

Brasília (CIC) Os índios de todo Brasil querem que na nova constituição apareçam estes cinco pontos básicos: reconhecimento dos seus direitos terri-

toriais; demarcação e garantia de suas terras; usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo dos seus territórios; reassentamento dos posseiros pobres que encontram-se em terras indígenas e reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas, com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania.

PROJETOS CAUSAM DANOS AOS ÍNDIOS

Brasília (CIC) Com os projetos que o governo vai desenvolver, ampliando assim a presença militar e econômica, nas fronteiras com a Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Colômbia, nos próximos anos 50 mil índios serão atingidos. Segundo dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), UNI (União das Nações Indígenas) e outras entidades indigenistas, isto representa 22,8% dos índios brasileiros. A região mais afetada será a dos Yanomami, onde vivem 9 mil índios.

ÍNDIOS EXPULSOS E AGREDIDOS

Chapecó (CIC) Segundo o Conselho de Missão entre Índios (COMIN) no início de novembro, em Chapecó, SC, invasores incitados pela FUNAI agrediram e espancaram dez famílias indígenas da comunidade dos Kaingang, expulsando-os de suas terras em Toldo Chimbangue. O COMIN, em recente nota de repúdio ao ato dos invasores, diz que o atentado é "um grave delito contra a autodeterminação dos índios de Toldo Chimbangue, que desde 1982 vêm lutando pelo direito de ocupação de suas terras". Nesta nota o COMIN solicita punição aos agressores e recondução dos índios expulsos às suas terras. A mesma nota exige a garantia do direito de autonomia dos in-

dígenas e a permanência naquele local, além do respeito de seus direitos de cidadãos e o livre acesso do COMIN e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

CURSO DE PASTORAL PARA ÍNDIGENAS

Cayamba (CIC) De 13 de outubro a 2 de novembro, estiveram reunidos em Cayamba, Equador, 58 agentes de pastoral, representando 14 países da América Latina. O encontro foi organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio de instituições missionárias de outros países. O encontro foi de caráter ecumênico e teve a participação de missionários católicos e de um grupo de metodistas, sendo boa parte de assistentes indígenas comprometidos com o trabalho de base em suas etnias de origem. O encontro teve como objetivo buscar uma orientação comum para as atividades missionárias, fortalecer as experiências, mostrar os avanços das ciências sociais e da teologia e ampliar o campo das relações fraternas e o intercâmbio entre os países e as próprias pessoas.

TRADUÇÃO DA BIBLIA AJUDARÁ ÍNDIOS

San José (CIC) A Bíblia em língua Suma acaba de ser traduzida por um grupo de mais de vinte pastores e líderes eclesiais da Igreja da Nicarágua. A 1.ª edição será de 7 mil exemplares e com isso se pretende responder às demandas de aproximadamente 12 mil Sumus da Nicarágua e Honduras. Conforme o Serviço Evangélico de Imprensa (SEP), da Nicarágua, esta publicação incluirá vários artigos de introdução aos estudos da Bíblia, mapas completos da Palestina e de outras regiões.